

FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO

Lourdes Helena da Silva – PPGE/UFV

Élida Lopes Miranda – PPGE/UFV

CAPES/CNPq

Eixo temático 6: Pesquisa, Educação, Movimentos Sociais e Novos Protagonistas

RESUMO: Este trabalho integra a pesquisa *Novas Faces da Pedagogia da Alternância na Educação do Campo*, cujo propósito foi analisar as representações sociais, processos e práticas pedagógicas construídas no interior de duas experiências de EJA do Campo: os programas Saberes da Terra/MEC e Residência Agrária/MDA. Especificamente, no presente artigo, caracterizamos o Programa Residência Agrária em seus princípios político-pedagógicos, analisando as contribuições de Paulo Freire ao seu desenvolvimento. Entre outros aspectos, nossas análises revelam que o Programa tem sido um espaço propulsor de transformações diversas no processo de formação de jovens e adultos do campo, com destaque para a construção de práticas pedagógicas emancipatórias e de novas relações entre universidades e movimentos sociais do campo.

PALAVRAS-CHAVE: Educação do Campo. EJA do Campo. Programa Residência Agrária. Pedagogia da Alternância.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho integrou o programa de pesquisas intitulado *Práticas de Educação de Jovens e Adultos, Letramento e Alternâncias Educativas* que, desenvolvido no âmbito do Programa Observatório da Educação/CAPES, foi herdeiro de uma parceria institucional entre universidades públicas e movimentos sociais do campo, ao longo de mais de 10 anos, na realização do Projeto *Educação, Campo e Consciência Cidadã*, integrante do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Na origem do programa de pesquisas, a constatação da existência de uma diversidade de processos e práticas educativas presentes na realidade do campo que, por sua vez, tem exigido um repensar sobre a concepção de Educação de Jovens e Adultos (EJA) orientadora das práticas, reflexões e investigações construídas em nossa sociedade (SILVA, 2009). Uma concepção de EJA que, conforme analisa Canário (2000), para além das práticas de alfabetização de adultos, seja capaz de incorporar a diversidade de outras práticas educativas existentes em nossa sociedade - como a animação sociocultural, o desenvolvimento local, a formação profissional, entre outras. Uma concepção de EJA que, reconhecendo a diversidade dos sujeitos jovens e adultos residentes no campo, também seja capaz de incorporar efetivamente os princípios norteadores do

movimento da Educação do Campo que tem se destacado nos últimos 15 anos na sociedade brasileira.

E neste aspecto, é importante destacar que a temática da Educação do Campo, nos últimos tempos, tem se consolidado nas produções acadêmicas e, principalmente, no cenário político nacional com as lutas dos movimentos sociais por políticas públicas de Estado para os sujeitos do campo. Todavia, a despeito das conquistas do movimento da Educação do Campo e do crescente volume de trabalhos e publicações científicas da área, ainda existe a necessidade de um aprofundamento e uma revisão na temática da EJA, de maneira a suprir uma lacuna teórica ainda existente na produção acadêmica atual sobre a Educação do Campo (SILVA, COSTA & ROSA, 2011). As análises das produções teóricas dos seminários e dos encontros de pesquisadores da Educação do Campo revelam que, além de serem poucas as produções acadêmicas sobre a Educação do Campo, na especificidade dos processos educativos de jovens e adultos; também são incipientes as pesquisas que buscam uma articulação e diálogo entre as temáticas da Educação do Campo com a Educação de Jovens e Adultos (SILVA, COSTA & ROSA, 2011).

Assim, reconhecendo que a realidade da EJA do campo é um campo ainda a ser mapeado, e considerando a existência de um capital de práticas e experiências dispersas de EJA presentes no cotidiano do campo que demandam estudos mais específicos, a proposta do programa de pesquisas *Práticas de Educação de Jovens e Adultos, Letramento e Alternâncias Educativas* foi realizar um estudo articulado em rede que possibilitasse o levantamento sistemático e a produção de dados e análises sobre as experiências de EJA presentes na realidade rural brasileira, dando ênfase às dimensões das práticas educativas, dos processos e das dinâmicas pedagógicas construídas no interior dessas experiências.

É neste contexto teórico que se insere o estudo *Novas Faces da Pedagogia da Alternância na Educação do Campo*¹, cujo objetivo foi analisar as representações sociais, processos e práticas pedagógicas construídas no interior de duas experiências de EJA do campo, particularmente nos programas Saberes da Terra/MEC e Residência Agrária/MDA. No presente artigo, nossos propósitos são apresentar o Programa Residência Agrária em seus princípios político-pedagógicos, analisando as contribuições do ideário pedagógico de Paulo Freire no desenvolvimento das práticas educativas desta experiência de EJA do campo. Na realização destes propósitos, conjugamos os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica e documental sobre o Programa Residência Agrária, com os procedimentos do Método de Análise de

Conteúdo (BARDIN, 1977) para organização e sistematização dos dados e informações obtidas.

DESENVOLVIMENTO

O movimento da Educação do Campo tem se afirmado em nossa sociedade, nos últimos 15 anos, por um conjunto de lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo em defesa de um novo paradigma de educação e de escola do campo, assim como na afirmação de outro projeto de campo e de sociedade (MOLINA, 2010). Neste movimento, o campo é compreendido como espaço vida, de cultura e de conhecimento, no qual os camponeses têm direito as condições dignas de permanência na terra. (FERNANDES & MOLINA, 2005).

Trata-se de um movimento que nasceu como crítica á realidade educacional brasileira, particularmente á dos povos que vivem e trabalham no campo (CARDART, 2008). Um dos traços fundamentais da identidade do movimento da Educação do Campo é a luta por políticas públicas que garantam o direito dos camponeses á uma educação que seja não apenas *no* campo; mas fundamentalmente que seja construída com a participação *dos* sujeitos do campo. Nesta perspectiva, o movimento da Educação do Campo vincula a luta pela educação ao conjunto das lutas sociais pela transformação das condições de vida no campo; valorizando os modos de produção de vida dos camponeses; enfatizando o campo como lugar da construção de novas possibilidades de reprodução sociocultural e de desenvolvimento sustentável. (CARDART 2008; MOLINA, 2011; VENDRAMINI 2011).

Sob esses princípios, o movimento da Educação do Campo tem conquistado espaço na agenda política nacional nos últimos anos, tendo como marcos históricos a realização da 1ª Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do Campo, em 1998; a criação PRONERA, em 1998; a Institucionalização das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer e Resolução do CNE/CEB) em 2002; a criação do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT) no Ministério da Educação (MEC), em 2003; a instituição do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), em 2012; entre outras ações e conquistas político-pedagógicas.

Neste conjunto de conquistas, destaca-se a criação do PRONERA, cujo propósito foi fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária, a partir de projetos educacionais que, realizados em parceria entre movimentos sociais e sindicais do campo e universidades públicas, e utilizando metodologias participativas, visa contribuir efetivamente para a promoção do desenvolvimento do campo, numa perspectiva da ampliação das condições da democracia (SANTOS et al, 2011).

Analisando as experiências do PRONERA desenvolvidas em nossa sociedade, numa dinâmica que envolve a interlocução de diferentes sujeitos sociais e instituições, Santos et al (2011) consideram que a importância política do Programa decorre da sua concepção de educação que busca, sistematicamente, vincular os processos educativos ao mundo do trabalho, da produção, da cultura, e da vida.

A parceria construída entre os movimentos sociais e sindicais do campo e as universidades públicas brasileiras e setores dos governos, tem fornecido sustentação ao PRONERA que, em seus 15 anos de existência, tem sido responsável pela alfabetização, escolarização e formação em nível médio e superior de mais de 400 mil assentados e acampados da Reforma Agrária. Destaca-se, ainda, a formação de mais de 300 profissionais para uma atuação diferenciada na assistência técnica, social e ambiental, juntos aos camponeses da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar realizada no âmbito do *Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação de Profissionais para Assistência Técnica*, mais conhecido como *Programa Residência Agrária* (SANTOS et al, 2011).

O Programa Residência Agrária foi concebido com o objetivo de viabilizar uma formação de profissionais das Ciências Agrárias para uma atuação diferenciada na Assessoria Técnica, Ambiental e Social (ATES)² e Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)³ em áreas de Reforma Agrária e da Agricultura Familiar, com o propósito de aprimorar a formação de estudantes de graduação para o desenvolvimento dos trabalhos de ATER e ATES numa lógica de compreensão e atendimento as demandas dos camponeses em áreas de Reforma Agrária e da Agricultura Familiar (MOLINA et al., 2009). Na sua origem, o Programa Residência Agrária contou com a parceria de um conjunto de universidades públicas, que já participavam do PRONERA. Segundo Molina et al (2009), a intencionalidade do Programa era de ampliar e fortalecer a rede de instituições universitárias envolvidas com a produção de conhecimento na perspectiva da Educação do Campo (MOLINA et al., 2009).

Para a viabilização do Programa Residência Agrária, além das universidades públicas, outras parcerias foram instituídas, com destaque para a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), que desde 1980 tem realizado os Estágios de Vivência; o Programa de ATES e as equipes de ATER. É importante destacar que, também naquele momento, se configurava no cenário brasileiro outra concepção de extensão rural a partir das diretrizes da nova Política Nacional de

Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o que favoreceu uma forte articulação da ATER com o Programa Residência Agrária.

Autores como Caporal & Ramos (2007), Diesel et al (2009), entre outros, analisam que o modelo preconizado para essa nova PNATER, especialmente no que se refere à orientação metodológica de uma prática extensionista transformadora e emancipatória, não é novidade na sociedade brasileira. Os autores destacam que a concepção de uma extensão “dialógica” já havia sido preconizada anteriormente por Paulo Freire (1983), especialmente em sua clássica obra “Extensão ou Comunicação”. Orientados por esta concepção Freiriana que, na década de 1990, alguns estados brasileiros buscaram imprimir uma orientação mais progressista às ações de extensão rural em suas realidades. Todavia, a despeito dessas iniciativas isoladas e desarticuladas na ATER, ainda não predominava em nossa sociedade uma prática de extensão participativa, dialógica, compromissada com a justiça social (DIESEL et al., 2009) Um dos fatores condicionantes deste quadro é o fato que, historicamente, os serviços de extensão rural no Brasil sempre tiveram como referência apenas o modelo de agricultura convencional, com o desenvolvimento de uma prática extensionista marcada apenas pela difusão de tecnologias, cuja dinâmica educativa esteve pautada na relação de poder do técnico e de subordinação dos camponeses, prevalecendo assim, na maioria das vezes, o conhecimento e a vontade do técnico, sobre os direitos, conhecimentos e demandas dos agricultores. (CAPORAL & RAMOS, 2007). A proposta da nova PNATER, particularmente para as áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, foi resultante das avaliações críticas desta prática tradicional de extensão rural em nossa sociedade, assim como de um conjunto de reivindicações históricas dos movimentos sociais e sindicais do campo.

Na especificidade das áreas de Reforma Agrária, dados divulgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), revelam a existência em nossa sociedade de uma população de 906.878 famílias assentadas, com uma média de 3,5 milhões de pessoas vivendo em territórios rurais conquistados para a Reforma Agrária (INCRA, 2010). Foi neste contexto que, em 2004, foi implementado o Programa Residência Agrária, cuja denominação explicita bem sua maior intencionalidade: ser uma política de formação profissional, com o objetivo de contribuir com a promoção do desenvolvimento rural na busca da melhoria das condições de vida no campo brasileiro. Em função de sua principal estratégia de execução - a inserção e a permanência dos estudantes universitários e profissionais das ciências agrárias, por extensos períodos, em áreas de assentamentos e de agricultura familiar, também ficou conhecido pela denominação *Programa Residência Agrária* (MOLINA et al., 2009).

No desenvolvimento de sua proposta de formação de profissionais das Ciências Agrárias para uma atuação diferenciada na ATES e ATER, o Programa Residência Agrária se estrutura em cinco eixos temáticos: campo e desenvolvimento; economia familiar e camponesa e socioeconomia solidária; agroecologia, produção e sustentabilidade; educação do campo e desenvolvimento; metodologias participativas e pesquisa como princípio educativo (MOLINA, 2010).

A proposta de formação profissional para o Programa Residência Agrária foi concebida considerando-se a materialidade do trabalho nas áreas de Reforma Agrária e de Agricultura Familiar, a partir dos desafios concretos que a escolha política e ideológica para a construção de um modelo de desenvolvimento rural diferente do modelo hegemônico coloca para a execução de políticas públicas, principalmente em termos de seus impactos sociais e ambientais.

Assim, inserindo-se no âmbito das Políticas Públicas de Educação do Campo, o Residência Agrária compartilha com as ideologias e intencionalidades do movimento nacional da Educação do Campo, tendo como especificidade o propósito de formação de profissionais das Ciências Agrárias para uma atuação como extensionistas em áreas de Reforma Agrária e de Agricultura Familiar (BRUZIGUSSI, 2010).

CONTRIBUIÇÕES DE FREIRE AO PROGRAMA RESIDÊNCIA AGRÁRIA

Herdeiro dos princípios do movimento da Educação do Campo, o Programa Residência Agrária teve inspiração direta do ideário pedagógico de Paulo Freire. Neste aspecto, Molina (2009) ressalta que as estratégias metodológicas do Programa foram concebidas e orientadas para o cultivo de práticas dialógicas, numa dinâmica na qual as ideias, saberes e valores dos camponeses devem ter a mesma legitimidade das ideias, saberes e valores de toda equipe do Programa Residência Agrária.

Orientado por esses princípios político-pedagógicos, o Programa Residência Agrária foi estruturado em duas etapas: a primeira etapa, constituída pelo Estágio de Vivência (EV), com duração de seis meses, é realizada com a imersão dos estudantes das ciências agrárias e áreas correlatas no cotidiano de vida e trabalho dos assentados e dos agricultores familiares, no qual são acompanhados por técnicos de ATER ou ATES. A etapa seguinte, constituída pelo Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo, com duração de dois anos, visa a formação de profissionais das Ciências Agrárias para atuarem nos programas de ATES e ATER, sob os fundamentos de uma formação humanista, comprometida com a compreensão e transformação das realidades vividas por camponeses da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar.

A estruturação do Programa Residência Agrária em duas etapas, articulando Estágio de Vivência e Curso de Especialização revela, ainda, a perspectiva de uma formação humanista integrada na qual a “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p.69).

Para tanto, em sua perspectiva metodológica, o Programa Residência Agrária assume como referencial a Pedagogia da Alternância, cuja finalidade é integrar as atividades realizadas nas duas etapas de formação, por meio da articulação dos diferentes tempos e espaços formativos (SILVA, 2010). Assim, os estudantes participam alternadamente de tempos de formação na universidade (Tempo-Escola) e de tempos de formação nas áreas de Agricultura Familiar e de Reforma Agrária (Tempo-Comunidade). Ao final do Curso de Especialização, todos os educandos apresentam uma monografia, cujo processo de construção deve envolver a participação direta dos camponeses, que acompanham diretamente todo o processo de formação alternada.

Esta proposta do Programa Residência Agrária, de utilização de uma dinâmica de formação por alternância, também revela a perspectiva político pedagógica de Freire (1983), que reconhece a necessidade e a importância de que os profissionais que atuam no campo sejam mais do que um técnico; sejam também educadores comprometidos e inseridos nos movimentos de luta com os camponeses pela transformação social, como sujeitos políticos, em diálogo com outros sujeitos. A busca por uma organicidade no processo de formação do Programa Residência Agrária também revela como valores e princípios compartilhados com Freire, a crença no ser humano, na sua capacidade de reflexão, “na sua presença num tal mundo, presença que é um estar com, compreende um permanente defrontar-se com ele” (FREIRE, 1983, p.39).

Esta dimensão dialógica orientadora da prática da Pedagogia da Alternância no Programa Residência Agrária também é destacada por Lima (2009, p.162) que em suas análises constata que a dinâmica de formação alternada, envolvendo a relação do Tempo-Escola com o Tempo-Comunidade, possibilitou aos diferentes sujeitos envolvidos no Programa - educadores, educandos, técnicos e camponeses, o reconhecimento da importância da articulação e do diálogo entre a formação acadêmica e a realidade concreta de suas vidas e trabalho. Para a autora, a ação interpretativa, reflexiva e praxiológica, como parte integrante do processo de construção do conhecimento na dinâmica de formação do Programa Residência Agrária, encontra suas raízes no pensamento Freiriano (1983), particularmente na perspectiva adotada por ele sobre a relação teoria e prática.

CONCLUSÃO

Nossas análises e reflexões construídas sobre o Programa Residência Agrária, na especificidade de uma experiência de Educação de Jovens e Adultos do Campo, revelam que, como um programa construído numa dinâmica de diálogo e parceria entre sujeitos do campo, universidades, instituições de ATER e ATES, tem possibilitado a construção de outro paradigma para a formação de profissionais em ciências agrárias e áreas correlatas, numa perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar camponesa, do desenvolvimento sustentável e da agroecologia (MOLINA et al., 2011).

É um programa que tem possibilitado uma formação que, segundo Bruziguessi (2010), também tem sido estratégica para o fortalecimento do movimento da Reforma Agrária em nossa sociedade, na medida em que tem possibilitado aos educadores, educandos, técnicos e camponeses envolvidos na sua realização, a superação de diversos preconceitos e a abertura de processos de cooperação e parceria. Também contribui neste processo a riqueza das relações humanas construídas por ocasião dos Estágios de Vivência e dos Cursos de Especialização. Neste aspecto, as vivências dos educandos no cotidiano das famílias camponesas durante o Tempo-Comunidade, favorecem relações de muita proximidade entre eles, contribuindo para o estabelecimento de vínculos afetivos, sobretudo uma forte “amorosidade” que, na perspectiva Freiriana (1978), é vida: vida compartilhada com os sujeitos do campo, com suas lutas, sonhos, aspirações; que tem no afeto uma materialidade do compromisso com o outro.

Esta oportunidade de compartilhar vida, trabalho, vínculos e interações entre os camponeses, seus movimentos sociais e a universidade, também representa uma conquista importante, com impactos diversos, que precisa ser mantida e ampliada cotidianamente. É este potencial do Programa Residência Agrária, juntamente com outros projetos do PRONERA, que tem contribuído para que nossas universidades transitem nas palavras de Gadotti (1998), de um velho para o novo modelo de universidade. Um modelo no qual tanto os educadores e educandos ultrapassam os muros da instituição, quanto os camponeses ocupam este território, para juntos e em diálogo aprenderem ensinando. E neste processo vai sendo, paulatinamente, gestada a construção de outra universidade: uma universidade mais plural, dinâmica e, sobretudo, comprometida com a justiça e equidade social.

Assim, a despeito dos desafios e contradições existentes no Programa Residência Agrária, nossas análises evidenciam um conjunto de avanços e conquistas na formação de profissionais das Ciências Agrárias para uma atuação mais qualificada de assistência técnica e extensão rural junto aos assentados da Reforma Agrária,

agricultores familiares e os movimentos sociais e sindicais do campo. Contribuem, neste processo, não apenas a inserção do Programa Residência Agrária no PRONERA e, conseqüentemente, no movimento de luta em defesa da Educação do Campo, mas fundamentalmente, uma herança forte e muito presente do ideário Freiriano que, com os princípios de uma educação dialógica, libertaria e emancipadora, tem possibilitado significativas mudanças no processo de formação de jovens e adultos do campo, nas estratégias de ensino e nas práticas formativas no interior das universidades públicas que integram o Programa Residência Agrária.

Acrescente-se, ainda, que a realização do Programa Residência Agrária tem favorecido com que professores universitários, estudantes e pesquisadores desenvolvam diferentes vínculos com os camponeses, suas comunidades e movimentos sociais e sindicais do campo; resultando na ampliação de outros projetos - sejam de pesquisa, ensino e/ou de extensão, com foco nas áreas de Agricultura Familiar e de Reforma Agrária. E neste aspecto, também ocorrem mudanças no interior das universidades e dos cursos envolvidos na realização do Programa Residência Agrária, a exemplo dos estágios curriculares nos cursos de agronomia e veterinária, anteriormente oferecidos apenas em empresas agropecuárias e/ou grandes fazendas, que passam a ser reconhecidos também em áreas de Agricultura Familiar e áreas de Reforma Agrária. Também neste processo, novos projetos de pesquisa e/ou de extensão passam a ser implementados em áreas Agricultura Familiar de Reforma Agrária; assim como os eixos temáticos do Programa passam a ser discutidos no cotidiano dos cursos tradicionais de Ciências Agrárias; entre outros aspectos que revelam mudanças no processo de formação dos profissionais de Ciências Agrárias. (CASSIMIRO, 2009).

Em síntese, podemos reconhecer que o Programa Residência Agrária, como uma experiência de Educação de Jovens e Adultos do Campo, tem se constituído como espaço propulsor de transformações diversas na formação de profissionais das Ciências Agrárias, com destaque tanto para a construção de práticas pedagógicas emancipatórias, quanto de novas relações políticas e sociais entre universidades e movimentos sociais. Neste aspecto, além de processos de formação dialógica e coletiva, o Programa Residência Agrária também tem proporcionado aos educandos um conjunto de vivências e reflexões sobre a realidade das áreas de Reforma Agrária e de Agricultura Familiar que, impulsionando outra lógica de atuação destes sujeitos em nossa sociedade, também tem contribuído para um projeto de uma universidade e uma formação profissional mais comprometida com a justiça social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *L'analyse de contenu*. Paris: PUF, 1977.

BRUZIGUESSI, E. P. *Recriando a formação nas ciências agrárias para uma atuação com maior compromisso social: estudo de caso do Programa Residência Agrária na Universidade Federal do Ceará*. 2010. 222p. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

CALDART, R. S. Sobre Educação do Campo In: SANTOS, C. (Org.) *Campo, Política Pública e Educação*. Brasília: NEAD, 2008.

CANÁRIO, R. *Educação de Adultos: Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa, 2000.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. Da Extensão Rural Convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar Desafios para Romper a Inércia, 2007. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730612230.pdf> Acesso em julho de 2012.

DIESEL, V. et al. Por que a nova ATER não sai do papel? Uma análise da visão dos alunos do projeto Residência Agrária da UFSM. In: MOLINA, M. C. et al (Orgs.). *Educação do Campo e Formação Profissional: A Experiência do Programa do Residência Agrária*. 1ed. Brasília: MDA, 2009, p.386-408.

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro. 10 Ed. Paz e Terra, 1983

GADOTTI, M. *Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2010. Disponível em < <http://www.incra.gov.br/index.php>> Acesso em 27 jun. 2012.

LIMA, I. de S. A formação universitária para a Agricultura Familiar e Educação do Campo: a experiência do Programa Residência Agrária em Pernambuco. MOLINA, M. C. et al (Orgs.). *Educação do campo e formação profissional: A experiência do Programa do Residência Agrária*. 1ed. Brasília: MDA, 2009.

MOLINA, M. C. (Org.). *Educação do Campo e Pesquisa II*. 1. ed. Brasília: Nead, 2010. v. 1. 211p .

MOLINA, M. C. et al (Orgs.). *Educação do campo e formação profissional: A experiência do Programa do Residência Agrária*. 1ed. Brasília: MDA, 2009, p.419.

SANTOS, C. A.; MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. dos S. A. (Orgs.). *Memória e História do PRONERA: Contribuições para a Educação do Campo no Brasil*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011, p.360.

SILVA, L. H. *Projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã: Representações Sociais e Trajetórias de Educandos do PRONERA*. In: Reunião Anual da ANPEd, 32ª., Caxambu: ANPEd, 2009.

_____. Representações sociais e trajetórias escolares de jovens e adultos assentados do projeto Educação, Campo e Consciência Cidadã. *Educação em Perspectiva (Impresso)*, v. 1, p. 66-81, 2010.

_____. Concepções, Práticas e Dilemas das Escolas do Campo: A alternância pedagógica em foco. In: DALBEN, A.; DINIZ, J.; SANTOS, L. (Orgs.). *Convergências e Tensões no Campo da Formação e do Trabalho Docente - Coleção Didática e Prática de Ensino*. 01 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, v. 01, p. 425-440.

SILVA, L. H.; COSTA, V. A.; ROSA, W. M. A Educação de Jovens e Adultos em Áreas de Reforma Agrária: Desafios da Formação de Educadores do Campo. *Revista Brasileira de Educação (Impresso)*, v. 16, p. 149-166, 2011.